REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL | Director: Pedro Pezarat Correia | Nº 112 | OUTUBRO -DEZEMBRO | 2013

ORÇAMENTO PARA 2014

Portugal continuará refém da zona euro enquanto não tivermos uma dívida pública inferior a 60% (actualmente temos o dobro). A não ser que chegue o tempo de o Povo português dizer basta e de exijir uma mudança de política

ESTAREMOS FADADOS A SER UM PROTECTORADO POR MUITOS ANOS?

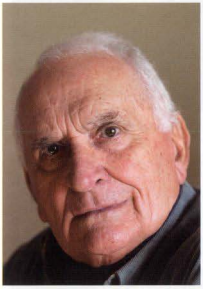
FOTO: LUSA

Hora de mudança

Na linha das colaborações de fundo que vimos solicitando a membros do Conselho Editorial, a peça forte desta edição é a reflexão do professor João Ferreira do Amaral sobre o Orçamento de Estado (OE) para 2014. É, obviamente, uma reflexão genérica, como se impõe a uma revista como *O Referencial*, mas uma reflexão sólida, que confronta as conceções do pensamento neoliberal, que são as que presidem ao OE, com as concepções progressistas que o A. perfilha. Às opções neoliberais, insuficientes para o Bem Público, fomentadoras de descompensações, assimetrias e incoerências, Ferreira do Amaral contrapõe as opções progressistas, instrumento de políticas macroeconómicas que tenham como objetivo o estado social e sejam motivadoras de estratégias que apontem nesse sentido.

Com toda a clareza e sem simulações discursivas situa o OE no contexto europeu atual, ultraconservador e mesmo reacionário, dominado pela moeda única e pelo Pacto Orçamental. Uma vergonha, é como classifica o Pacto Orçamental que, por muitos anos, manterá em causa o estado soberano. A gente que nos governa, que ajoelhou e já aceita que estamos sob protetorado, está comprometida com o prolongamento deste estatuto de sujeição.

Ferreira do Amaral conclui com o enunciado da inevitabilidade da saída da zona euro. Entre outras posições que se perfilam para a saída da crise é a sua, que lhe é conhecida e



Pedro de Pezarat Correia

que vem defendendo e justificando publicamente. E que nos obriga a pensar.

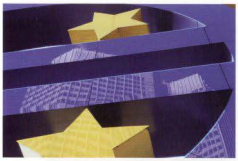
* * *

O próximo número de *O Referencial* vai obrigar a uma alteração na cadência regular da sua publicação. Para além da renovação gráfica que já vínhamos anunciando e que finalmente vai ter lugar, será a "edição do XL Aniversário" e, assim, apenas chegará às mãos dos leitores em Maio. O que quer dizer que abrangerá todo o primeiro semestre de 2014 após o que retomará a regularidade da periodicidade trimestral.

Com os 40 anos o 25 de Abril acusa a passagem do tempo. O poder político revela desgaste perante a sociedade, a sociedade mostra-se cansada deste poder político alternante mas sem alternativas. Os valores de Abril, esses permanecem vivos e exigem uma revivificação da política. O XL Aniversário deve constituir o estímulo que se impõe e a A25A pode ser o seu dinamizador.

Um sinal do peso dos anos do 25 de Abril é a razia que eles vêm provocando nas fileiras dos capitães de Abril. Os jovens de 30 e 40 anos que se entregaram à conquista da liberdade entraram nos 70 e 80. Os mais velhos chegaram aos 90. Mas são cada vez mais os que, missão cumprida, vão ficando pelo caminho. Todas as edições de *O Referencial* lembram e honram os que partem e aumenta a frequência dos registos. Chegou a hora do Villalobos. Inesperadamente. Uma das personalidades mais marcantes da nossa A25A. Na coordenadora do MFA em Angola foi um elemento decisivo nos momentos mais difíceis e que foram muitos. Na Associação foi dirigente esclarecido e associado permanentemente empenhado. E, sempre, um grande militar, um excelente camarada e um cidadão exemplar. Prestamos-lhe, nestas páginas, a homenagem que é modesta face ao muito que lhe é devido.

Nota editorial:
No último Editorial, referindo-me ao encontro do Monte Sobral de 9 de Setembro de 1973, escrevi que «(...) *a dinâmica do Monte Sobral rapidamente se estendeu às colónias* (...)» o que não é rigoroso, nomeadamente em relação à Guiné, onde umas dezenas de oficiais já estavam em processo avançado de contestação desde Agosto, já haviam constituído uma Comissão de Capitães e até já apelavam à politização do movimento. O Manuel Clemente chamou-me a atenção para o lapso, aliás despido de qualquer intencionalidade e, porque é de justiça, aqui fica exarada a competente retificação com as minhas desculpas aos leitores e em particular aos camaradas do Movimento dos Capitães na Guiné.



sumário

ORÇAMENTO, EURO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL 6

HOMENAGEM A MELO ANTUNES NOS AÇORES 16

REUNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1973 EM SINTRA 22

40 ANOS DE ABRIL - O RIGOR HISTÓRICO 26

VILALOBOS FILIPE (1937-2013) 28

PROTOCOLO PARA CELEBRAR 40 ANOS DE ABRIL 34

D. MARIA IVA ANDRADE DELGADO 34

VAMOS APRENDER BRIDGE! (1908-2014) 35

SALGUEIRO MAIA NO PANTEÃO NACIONAL 36

REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro de Pezarat Correia

Conselho Editorial:
Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço, Vítor Crespo.

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Nuno Augusto
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 LISBOA
Telefone:. 213 241 420
Endereço electrónico:
a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.guerracolonial.org

Delegação do Norte
Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.
4050-092 PORTO
Telefone/fax: 222 031 197
Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*

Delegação do Centro
Apartado 3041
3001-401 COIMBRA
Endereço electrónico:
a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança
Edifício 2 - Bloco 3, loja r/c
7560-145 GRÂNDOLA
Endereço electrónico:
a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
Associação Cultural 25 de Abril (Toronto)
1117 Queen Street West
Toronto - Ontario M6J3P4
Canadá

Edição gráfica
JM Design & Edições
www.jm-designedicoes.com
Av. Infante Santo, 23 -5ºC
1350 - 179 Lisboa

Impressão e acabamento:
Norprint

Tiragem: 3.100 exemplares
Distribuição gratuita
Depósito legal n.º 32 998/89

GALERIA

Óleo sobre tela
autor: **Ernesto Neves**

Estaremos fadados a ser um protectorado por muitos anos?

FOTO: LUNA

Estaremos fadados a ser um protectorado por muitos anos?

Orçamento, euro e independência nacional

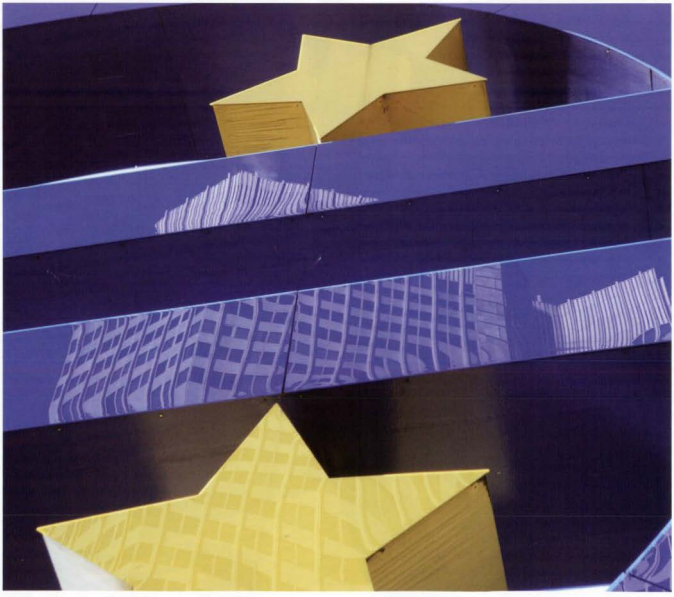


FOTO: Lusa

JOÃO FERREIRA DO AMARAL

UM ORÇAMENTO DE ESTADO não é uma mera previsão de receitas e despesas públicas. Muito menos é, como alguns economistas conservadores muitas vezes querem fazer crer, algo de semelhante a um orçamento familiar.

Há diversas razões para que ambas estas equivalências estejam erradas. Em primeiro lugar, pelo peso que as receitas e as despesas públicas têm na economia no seu todo, o orçamento de Estado é também, ou pode ser, um instrumento ao serviço da política económica, ou seja, um instrumento importante para estabilizar a economia.

Em segundo lugar, ao contrário de um orçamento familiar, o Estado tem a faculdade de poder exigir mais receitas, através de um aumento de impostos. Por outro lado, ao contrário também das famílias, o Estado, quando dispõe da faculdade de emitir dinheiro, pode financiar-se, mesmo que tenha um défice, sem recorrer ao endividamento mas, antes, à emissão monetária.

A verdade é que existem duas concepções ideológicas de encarar um orçamento do Estado

CONCEPÇÃO NEOLIBERAL E FALHAS DE MERCADO

A concepção neoliberal considera que o peso do Estado na economia é um mal em si próprio e que portanto a despesa pública deve ser reduzida ao mínimo possível. Este mínimo possível não significa no entanto, que o Estado que os neoliberais pretendem seja apenas um Estado-polícia na expressão tradicional do termo.

Para os neoliberais, a acção do Estado deve dirigir-se fundamentalmente à correcção das chamadas falhas de mercado.

Ou seja, os neoliberais encaram o mercado como a instituição reguladora da economia e da própria sociedade. Por isso não é injusto dizer-se que o neoliberalismo não é apenas adepto do mercado é também defensor de uma sociedade de mercado. Mas o mercado, como eles próprios reconhecem, tem falhas. Então, deve ser uma outra instituição – o Estado – que deve actuar para suprir essa falhas.

Que falhas mais importantes se podem identificar no funcionamento do mercado?

Em primeiro lugar, o mercado não consegue garantir a produção eficiente de *bens públicos*.

O que é um bem público? É um bem que tem características especiais, como seja a não- rivalidade (se alguém usufruir c desse bem não impede, por esse facto, de outros também beneficiarem dele), não-exclusividade (ninguém pode ser excluído da fruição

Estaremos fadados a ser um protectorado por muitos anos?

●●●

desse bem) e não divisibilidade (não se pode dividir em parcelas e atribuir uma parte a cada um).

O bem público mais puro é a defesa nacional, que, visivelmente, tem todas estas características. Mas há outros bens como, por exemplo, a segurança interna que embora não com esta pureza se podem considerar bens públicos.

Claro que um bem público não pode ser eficientemente produzido pelo mercado. Como não se pode excluir ninguém dele, e todos dele podem usufruir, não se pode convencer ninguém a suportar voluntariamente o custo da produção, nem sequer numa parte, porque o bem não é divisível. Portanto todos esperarão "ir à boleia" e ver o vizinho a pagar.

A produção de um bem público tem, assim de ser financiada compulsivamente, por impostos - e daí a atribuição da sua produção ao Estado.

Uma segunda falha de mercado é a *produção de externalidades*, que podem ser positivas ou negativas. Há uma externalidade negativa (positiva) quando um dado agente económico, por exemplo uma empresa, na sua actividade legítima causa um efeito negativo (positivo) sobre a sociedade sem que o mercado a penalize (beneficie) por isso. Por exemplo, a poluição é uma externalidade negativa, o avanço do conhecimento resultado da investigação de uma empresa é uma externalidade positiva. Pela própria definição se vê que tem de ser uma entidade exterior ao mercado, ou seja, o Estado, a penalizar as externalidades negativas e a incentivar as externalidades positivas.

Uma terceira falha de mercado é a *assimetria de informação*. Para um mercado funcionar bem é necessário que tanto vendedor como comprador (especialmente este) disponham de toda a informação sobre as características do produto a vender e até das suas próprias necessidades pessoais. Ora isso muitas vezes não sucede, como se exemplifica nos produtos financeiros, em que muitas vezes quem compra um produto financeiro é enganado pela instituição que o vende, ou na saúde em que um doente não tem processo de saber, quando vai a uma clínica, qual o tipo de tratamento de que necessita efectivamente. Também aqui, na assimetria de informação, compete ao Estado corrigir a situação.

Finalmente, uma última falha de mercado resulta dos mercados não funcionarem em concorrência perfeita. Em certos sectores formam-se naturalmente monopólios, existem combinações de preços entre empresas, etc. O Estado deve então intervir para *defender a concorrência*, desmantelando monopólios e proibindo práticas restritivas da concorrência.

Como se vê, existe uma panóplia de actuação do Estado que, mesmo para um liberal, vai bastante mais além do chamado Estado-polícia.

Mas há também restrições importantes que uma concepção mais progressista não aceita. Vamos ver as diferenças.

A CONCEPÇÃO PROGRESSISTA

Uma posição progressista em relação à acção do Estado e sobre o respectivo orçamento não põe em causa a necessidade das acções que os neoliberais admitem. Mas vai muito para além destas.

Em primeiro lugar um neoliberal não admite que o orçamento do Estado possa servir como *instrumento de política macroeconómica*. Para um progressista não é assim.

O orçamento do Estado é um instrumento eficaz para combater o desemprego, mesmo que, sendo necessário, apresente um défice

nas suas contas. Este é outro aspecto de diferenciação. Para um neoliberal um orçamento do Estado deve estar sempre equilibrado.

Para um progressista não. Se houver desemprego elevado, pode justificar-se que o orçamento estimule a procura interna de bens para aumentar a produção das empresas e permitir, assim, a criação de empregos, podendo para isso ter de registar um défice nas suas contas.

E neste aspecto, a questão do financiamento do Estado que falámos acima assume maior relevância. O neoliberal é adepto da independência dos bancos centrais ou seja da instituição que emite o dinheiro e é contra a faculdade dos bancos centrais emprestarem dinheiro ao Estado. Isto para que o Estado não tenha défice nas suas contas.

Uma posição progressista admite que em certas circunstâncias, principalmente quando o desemprego é muito elevado, possa haver *financiamento do Estado através da emissão monetária* a fim de reforçar a acção do orçamento na política de combate ao desemprego.

Uma segunda diferença importantíssima tem a ver com o estado social.

O neoliberal é contra a existência de um Estado Social.

Como defendia o professor Friedrich Hayek – um dos principais nomes do pensamento neoliberal – em 1960, no seu livro "The Constitution of Liberty" o Estado Social levaria ao que ele entendia ser uma nova forma de totalitarismo.

Na realidade, não levou. Mas, mesmo assim, o pensamento neoliberal continua a defender que o financiamento do estado social é contra a liberdade dos indivíduos porque lhes exige mais impostos. Quando muito, os neoliberais admitem actuações pontuais assistencialistas por parte do Estado.

O pensamento progressista, pelo contrário, considera o *Estado Social como um dos grandes avanços da Humanidade* e portanto defende que o orçamento do Estado deve assumir a dimensão suficiente - inclusive em termos de carga fiscal - para financiar o Estado Social.

Finalmente, uma terceira diferença, com consequências importantes no orçamento, é a da função do Estado como definidor dos *objectivos estratégicos que devem orientar a economia do país*. Uma concepção neoliberal entende que não compete ao Estado definir objectivos estratégicos e que portanto deve deixar ao mercado o funcionamento e a orientação (ou desorientação) mesmo a longo prazo, da economia.

Por isso, em particular, deve privatizar as empresas públicas e, mesmo no que respeita a produção de alguns bens públicos, deve na medida do possível, privatizar essa produção mantendo-se apenas como regulador e fiscalizador para assegurar as suas obrigações nesta matéria (que, como vimos o s neoliberais reconhecem existir).

Uma posição progressista, pelo contrário, considera que o Estado deve *definir e prosseguir certos objectivos estratégicos de longo prazo para a economia* – uma vez que o mercado é míope em relação ao longo prazo – e que para isso deve dispor de empresas públicas ou de fortes participações públicas em empresas estratégicas e em particular naquelas que pelos efeitos sistémicos não podem ser deixadas ir à falência ou que sendo essenciais ao futuro do país, não realizam os investimentos necessários.

Existe pois uma grande diferença ideológica entre as posições relativas ao orçamento do Estado. E aqueles que tentam sempre convencer-nos de que só há um caminho, que não há alternativa, a única coisa que estão a fazer é defender implicitamente uma posição ultra-conservadora.

●●●

• A zona euro foi concebida desde o princípio como servindo os propósitos mais retrógrados, tendo como suporte, do ponto de vista monetário o regresso a uma situação próxima do que foi o padrão ouro do século XIX - com o consequente enviesamento recessivo e de aumento do desemprego - e com a finalidade não declarada mas nem por isso menos efectiva de destruir o estado social

Estaremos fadados a ser um protectorado por muitos anos?

FOTO: Lucas

O ORÇAMENTO PARA 2014

O orçamento do Estado para 2014, tal como os anteriores, é elaborado num contexto europeu profundamente ultraconservador, reaccionário mesmo.

Com efeito, é assim que devemos qualificar o contexto institucional da moeda única recentemente aprofundado ainda mais pelo chamado Pacto Orçamental, que entrou em vigor em Janeiro de 2013.

Efectivamente, a zona euro foi concebida desde o princípio como servindo os propósitos mais retrógrados, tendo como suporte, do ponto de vista monetário o regresso a uma situação próxima do que foi o padrão ouro do século XIX – com o consequente enviesamento recessivo e de aumento do desemprego - e com a finalidade não declarada mas nem por isso menos efectiva de destruir o estado social.

A zona euro vem atingindo os seus objectivos reaccionários. Tem-se mantido consistentemente como uma zona de altíssimo nível de desemprego, tem a colocado alguns estados nas mãos dos mercados financeiros e o desmantelamento do estado social tem prosseguido de forma clara.

O contexto da zona euro condiciona o nosso orçamento. A redução do défice numa situação ainda recessiva conduzirá a um agravamento da situação do emprego, só não gerando maiores aumentos da taxa de desemprego devido à retoma da emigração, a qual está a retirar sustentabilidade demográfica ao nosso país.

A política governamental, indo para além dos condicionalismos da *Troika* aponta, também ela, para uma concepção neoliberal extrema que tem tradução no orçamento do Estado e em diplomas que, como o das pensões, a ele se ligam.

Assim, o ataque às pensões tal como o ataque aos apoios ao desemprego tem a ver com a concepção errada que as economias modernas não podem sustentar um estado social.

As privatizações de empresas ou parte de empresas, algumas das quais foram sempre públicas e que têm importante impacte no futuro do País, como os CTT ou a TAP não são mais que o tributo ideológico a um neoliberalismo extremo.

A ideia de que a existência de um aparelho de estado, incluindo a escola pública é um mal para a economia e que portanto os funcionários públicos, incluindo professores e aposentados são os responsáveis pela situação do défice, faz incidir o grosso da redução da despesa nos vencimentos dos funcionários públicos e nas pensões de reforma da Caixa Geral de Aposentações.

Ao mesmo tempo, não existe, por exemplo, um esforço significativo de renegociação dos encargos das parcerias público-privadas, ao menos no alisamento dos seus encargos futuros uma vez que o impacte é muito grande em 2014 e nos quatro anos seguintes e depois desce de forma significativa.

Este perfil temporal poderia dar origem a uma negociação de alisamento de encargos, aumentando-os nos anos futuros a longo prazo e reduzindo-os nos próximos cinco anos, o que permitiria que o orçamento fosse menos recessivo. Isto, claro, supondo que não poderia ser negociada uma nova redução de encargos, a qual nos afigura possível.

Ou seja o orçamento do Estado para 2014 é o que se esperaria de uma concepção neoliberal que vem da moeda única e que tem sido aprofundada pelo actual governo.

Não sabemos, no momento em que escrevo, quais serão as medidas de política

• O contexto da zona euro condiciona o nosso orçamento. A redução do défice numa situação ainda recessiva conduzirá a um agravamento da situação do emprego, só não gerando maiores aumentos da taxa de desemprego devido à retoma da emigração, a qual está a retirar sustentabilidade demográfica ao nosso país

Estaremos fadados a ser um protectorado por muitos anos?

• De acordo com o estipulado no chamado Pacto Orçamental, cujo nome oficial é Tratado sobre estabilidade, coordenação e governação na UE que entrou em vigor em Janeiro de 2013, este tipo de políticas orçamentais, se continuarmos na zona euro, vai persistir durante décadas, ou seja, enquanto não tivermos uma dívida pública inferior a 60% do PIB (actualmente temos o dobro)

FOTO: Lusa

●●●

que substituirão o corte da convergência de pensões que foi chumbado pelo Tribunal Constitucional.

Mas se o governo continuar a apostar em cortes do rendimento disponível das famílias para reduzir o défice das finanças públicas é bem possível que o correspondente efeito recessivo sobre a economia, a provocar pelo o orçamento para 2014, anule os ténues sinais positivos na economia que se registaram nos últimos meses. Da mesma forma, dificilmente nesse contexto se conseguirá obter a redução do défice para o nível previsto (4 por cento do PIB), falhanço, aliás, que tem sido a norma destes orçamentos de austeridade.

AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E O PACTO ORÇAMENTAL

As concepções neoliberais aplicadas na zona euro têm provado constituir um imenso desastre para a zona em geral e em particular para economias mais débeis, como

são as do sul da Europa, como Portugal. Quando, além disso, as autoridades nacionais não só não contestam como vão mais longe ainda na aplicação destas políticas, como tem sido o caso dos orçamentos desde 2011 (orçamento rectificativo) a 2014, o desastre é ainda maior.

No caso português, existem fundadas preocupações sobre se estas políticas não estão a retirar a sustentabilidade de Portugal enquanto entidade histórico-cultural única e enquanto estado soberano.

De acordo com o estipulado no chamado Pacto Orçamental, cujo nome oficial é *Tratado sobre estabilidade, coordenação e governação na UE* que entrou em vigor em Janeiro de 2013, este tipo de políticas orçamentais, se continuarmos na zona euro, vai persistir durante décadas, ou seja, enquanto não tivermos uma dívida pública inferior a 60 por cento do PIB (actualmente temos o dobro). Diz com efeito o n.º 1 do artigo 5.º do Pacto:

ARTIGO 5.º

1.*Caso seja sujeita a um procedimento relativo aos défices excessivos ao abrigo dos Tratados em que se funda a União Europeia*[1], *uma Parte Contratante institui um programa de parceria orçamental e económica que especifique as reformas estruturais que tem de adpotar e aplicar para assegurar uma correcção efectiva e sustentável do seu défice excessivo. O teor e o formato desses programas são definidos no direito da União Europeia. A apresentação desses programas à homologação pelo Conselho da União Europeia e pela Comissão Europeia, assim como o seu acompanhamento, terão lugar no âmbito dos procedimentos de supervisão em vigor ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento.*

Trata-se, na verdade do estabelecimento de um protectorado por muitos anos, tantos quanto demorará ao país chegar a uma dívida pública inferior a 60 por cento do PIB. Neste período, mesmo as nossas políticas mais essenciais ficarão sujeitas a homologação comunitária, ou seja não seremos um país independente É uma vergonha. Uma vergonha para os partidos que votaram a favor do tratado, que ainda por cima, de uma forma acintosa para o orgulho nacional, capricharam em que Portugal fosse o primeiro estado a ratificar o pacto.

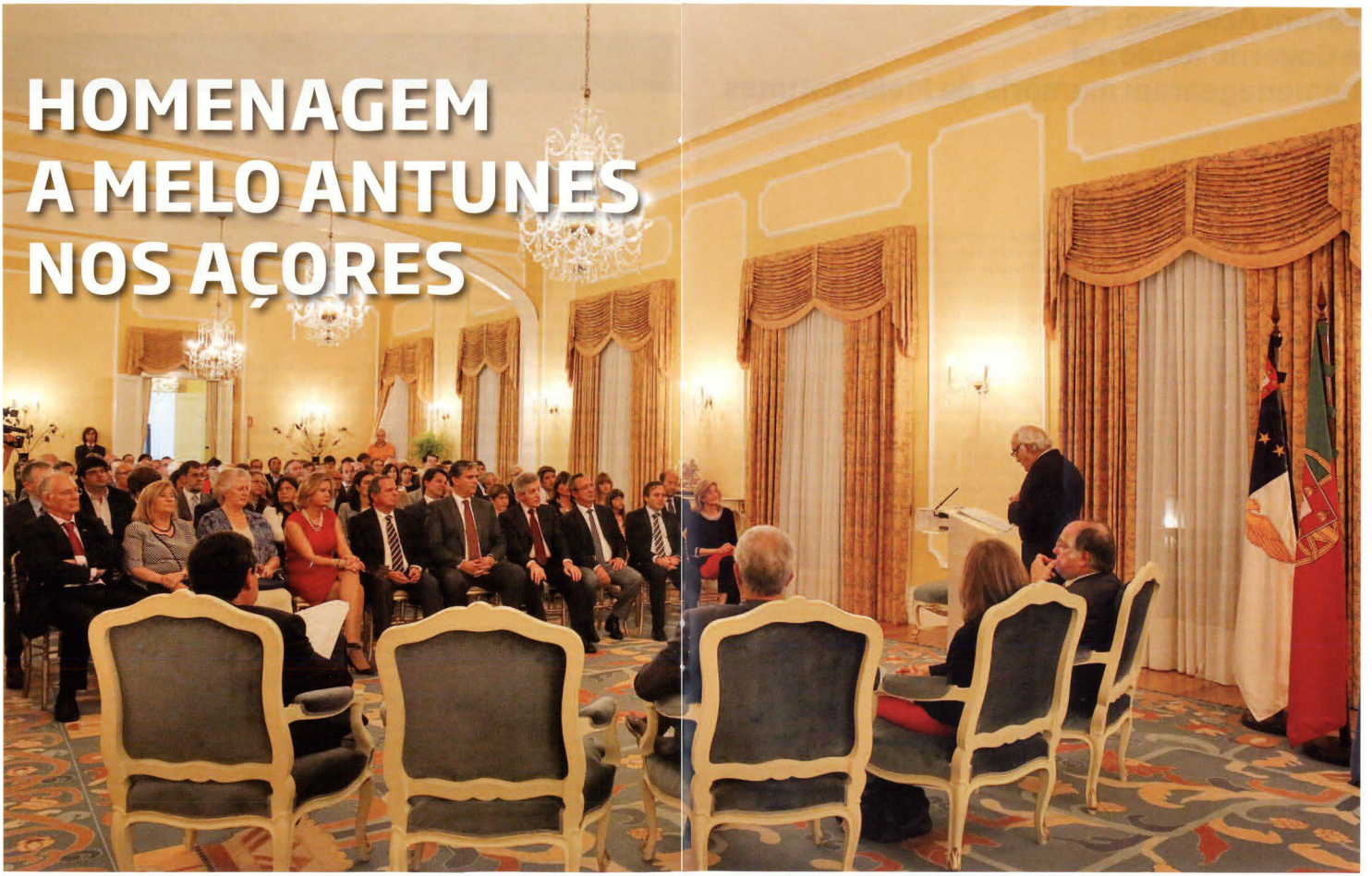
Não creio que o Povo português aceite passivamente esta situação. Tempo chegará em que irá de dizer *basta* a este protectorado que, a não ser assim, persistirá muito para além do resgate financeiro actual.

Esse "basta" passará certamente por uma saída da zona euro.

Por isso, em minha opinião, a saída da zona euro é cada vez mais um imperativo de independência nacional.

1 - A situação considerada de défice excessivo, segundo o mesmo tratado também pode ser declarada para um país pelo facto de ter uma dívida superior a 60 por cento do PIB. Diz com efeito o artigo 4.º. *A existência de um défice excessivo em razão da violação do critério da dívida será decidida pelo procedimento previsto no artigo 126.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.*

HOMENAGEM A MELO ANTUNES NOS AÇORES



Fórum Açoriano, FLAD e Governo Regional homenagearam memória de Melo Antunes

MARIA INÁCIA REZOLA

MOMENTO CENTRAL DA HISTÓRIA contemporânea portuguesa, o 5 de Outubro foi também um marco importante na história das oposições à ditadura. Recordada como uma insurreição de cunho popular, resultante de um longo processo de luta e resistência, a celebração anual da implantação da República constituiu, frequentemente, uma oportunidade de contestação ao regime. A 5 de Outubro de 1945, por exemplo, as ruas de Lisboa e do Porto são percorridas por manifestações que exigem o fim do Estado Novo. Anos depois, a 5 de Outubro de 1958, no rescaldo da campanha presidencial de Humberto Delgado, realiza-se uma concentração de oposicionistas junto à estátua de António José de Almeida, em Lisboa, reprimida pela polícia com gás lacrimogéneo.

Tal como acontecia no Continente, também as oposições açorianas aproveitavam habilmente as comemorações da implantação da República para manifestarem o seu inconformismo. Dentro dos estreitos limites que o regime lhes impunha, as iniciativas levadas a cabo nem sempre são de grande alcance ou visibilidade. É o caso do anúncio publicado pelo oposicionista Borges Coutinho, no jornal *Açores*, a 5 de Outubro de 1963, com a mensagem "Assine e leia o jornal *República*". Existiram, no entanto, outras acções mais óbvias e impactantes. Nesse mesmo ano, por exemplo, um comerciante de Ponta Delgada ousou hastear uma bandeira nacional no seu estabelecimento. Melo Antunes, por seu lado, escolhe essa data (5 de Outubro de 1963) para inaugurar o Externato do Infante, promovendo o que a PIDE classificou como uma cerimónia concorridíssima, "para a qual foram convidadas todas as entidades representativas" de Ponta Delgada, "com excepção desta Policia". A partir de então, enquanto se manteve à frente do Colégio, a abertura do ano lectivo deste Externato realiza-se, simbolicamente, a 5 de Outubro.

Neste contexto, não podia ter sido mais feliz a iniciativa, levada a cabo pelo Fórum Açoriano de, a 5 de Outubro de 2013, promover uma homenagem a Ernesto Melo Antunes. Coincidindo, além do mais, com a entrada em vigor da controversa decisão de abolir o feriado da implantação da República, a cerimónia foi particularmente emotiva e participada.

Tendo como objectivo central a promoção da reflexão e debate sobre temas políticos, económicos, sociais e culturais, no quadro da defesa e aprofundamento da democracia, o Fórum Açoriano contou, nesta iniciativa, com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e o alto patrocínio da Presidência do Governo Regional dos Açores. A cerimónia, realizada no palácio da Conceição em Ponta Delgada, contou com uma ampla audiência. De entre as várias autoridades civis e militares locais, destacou-se a presença de Vasco Cordeiro, actual presidente do Governo Regional, e de Carlos César e João Bosco Mota Amaral, seus antecessores. Presentes também, numerosos amigos e admiradores do homenageado, assim como Gabriela Ataíde Mota, sua primeira mulher, e os seus filhos Catarina e Ernesto.

A sessão foi aberta e apresentada pelo presidente do Fórum, Carlos Arruda, e moderada por Roberto Amaral, ex-membro do governo regional, que dedicou uma particular palavra de agradecimento a Fernando Melo Antunes e Mário Mesquita pelo seu empenho na sua realização.

A primeira intervenção, proferida pelo historiador António Reis, centrou-se sobre as diferentes dimensões da personalidade e acção de Ernesto Melo Antunes, num retrato abrangente e

Maria Inácia Rezola, quando proferia a sua intervenção

bem conseguido em que se evidenciam a figura do militar oposicionista e homem de cultura, do revolucionário (estratega e ideólogo do MFA), do político (o ministro, conselheiro de Estado, conselheiro da Revolução e conselheiro do Presidente da República, Ramalho Eanes), do actor central da descolonização e, finalmente, do diplomata e artífice da política externa portuguesa. Apesar das reservas críticas que, no passado, algumas das posições de Melo Antunes lhe mereceram, António Reis enalteceu o seu papel histórico mas também o duplo drama em que viveu "e que tantas incompreensões e mesmo ódios lhe valeram". Desde logo, "o drama histórico da descolonização tardia com o seu cortejo de violências e injustiças". Depois, "o drama ideológico de um socialismo democrático que fosse capaz de combinar a democracia representativa dos partidos e do Parlamento com a democracia participativa, mas também o papel regulador e distribuidor da riqueza do Estado com o papel do mercado na dinamização do crescimento".

A segunda intervenção, a cargo de Maria Inácia Rezola, centrou-se sobre os anos em que Melo Antunes integrou as hostes oposicionistas açorianas. Referindo-se a esse período, Ernesto Melo Antunes diz ter sido o seu primeiro exílio político, um "exílio forçado". No entanto, este encontro com os Açores é uma das etapas mais românticas e, talvez, interessantes da sua vida. É aqui que dá os primeiros passos na carreira militar; que conhece Gabriela Ataíde Mota, sua primeira mulher e mãe dos seus três filhos (Catarina, Ernesto e Joana); que se revelam as suas preocupações

●●●

Conversa entre o Presidente do Governo Regional dos Açores, Roberto Amaral. Carlos César e Eduardo Paz Ferreira

Um aspecto da assistência, em primeiro plano, filhos, netos, nora e genro de Ernesto Melo Antunes

HOMENAGEM A MELO ANTUNES

●●●

e interesse com a educação; que cresce e se enriquece intelectualmente, mas também, e sobretudo, no que diz respeito ao homem público, que inicia a sua militância política activa nas hostes das oposições.

Num testemunho de cunho mais pessoal, e cheio de simbolismo, o presidente da Associação 25 de Abril recordou os tempos da conspiração do Movimento dos Capitães e os momentos que antecederam o derrube da Ditadura, sobretudo os passados, com Melo Antunes, nos Açores. Momentos inolvidáveis em que analisam o passado, "os possíveis erros na conspiração" e, sobretudo, "o futuro" que adivinhavam "risonho", pois não admitiam uma derrota. Para Vasco Lourenço, recordar Melo Antunes é, "acima de tudo, recordar um amigo, um companheiro" com quem viveu "momentos de inolvidável luta" na procura "de um Portugal melhor". Por isso, dirigindo-se directamente aos filhos de Melo Antunes presentes na sessão, não hesitou em afirmar: "a Democracia portuguesa também é vossa irmã!" Reconstituindo alguns episódios que viveram na noite do golpe e, sobretudo, no dia da libertação, Vasco Lourenço debruçou-se depois sobre o presente e as ameaças que impendem sobre essa democracia. A sua evocação final, dirigida directamente ao homenageado, ganhou um amplo sentido: "Caro Ernesto, como poderás constatar de onde quer que estejas, isto por cá está muito mau! Estão a destruir tudo o que conseguimos alcançar! [...] Por isso, daqui te peço encarecidamente: envia-nos um pouco da tua sapiência, da tua tenacidade, da tua firmeza de carácter, da tua coerência cívica, para nos ajudar a vencer o medo, reafirmar Abril e construir o futuro!"

Eduardo Paz Ferreira procurou também agitar as consciências recordando que "se todos nós portugueses devemos a Melo Antunes, em larga medida, a liberdade e depois o equilíbrio, sei bem que no meu caso devo bastante mais". Evocou os seus tempos de juventude e recordou, com nostalgia, a generosidade de Melo Antunes para com os jovens liceais de Ponta Delgada com que discutia longamente política, sempre sobre o atento olhar da polícia política. Momentos que considera uma parte importante do seu património intelectual e humano, revividos com alguma emoção, numa intervenção em que a dimensão de intelectual e político do homenageado sobressaiu.

Agradecendo em nome da família a homenagem prestada à memória de seu pai, a sessão terminou com a intervenção de Ernesto Luís que recordou alguns aspectos e dimensões da vida pessoal do homenageado, dedicando também uma palavra de gratidão à Mãe, Gabriela.

Reunião de 24 de Novembro de 1973 foi evocada em Sintra

COMO PREVISTO NA NOSSA AGENDA de comemorações dos 40 anos de Abril, evocámos mais algumas das principais reuniões conspirativas do Movimento dos Capitães.

A de 24 de Novembro em São Pedro do Estoril foi evocada no passado dia 24 de Novembro, num jantar na Taverna dos Trovadores, em Sintra.

Tenhamos presente que a reunião de 24 de Novembro de 1973 de correu num momento altamente conturbado da vida dos Movimento dos Capitães, dada a dissolução da Comissão Coordenadora Provisória, saída da reunião de 9 de Setembro em Alcáçovas.

Dissolução, que é bom lembrar, resultou da cisão entre dois grupos liderados respectivamente por Mariz Fernandes e Vasco Lourenço, que defenderam posições antagónicas.

Relembremos: na sequência das eleições fantoches de Outubro de 1973, Mariz Fernandes apareceu a defender que o governo nos ia resolver os problemas corporativos, pelo que havia que dar-lhe um "cheque em branco"; Vasco Lourenço contrapôs que o problema do prestígio das Forças Armadas não se resolvia com a resolução de algumas questões corporativas, pelo que havia que não dar qualquer "cheque em branco" ao governo.

A reunião de 24 de Novembro é promovida pelo Movimento dos Capitães – Vasco Lourenço ganhara em toda a linha, com o afastamento de Mariz Fernandes e seus seguidores – com vista a discutir a agenda a levar a uma reunião plenária, que urgia realizar.

Foi assim que mais de quarenta oficiais se reuniram, numa casa cedida por um amigo do capitão Bismark, e que não sonhava que fora utilizada em tempos, por sua irmã, para ali guardar explosivos da LUAR, organização a que pertencia.

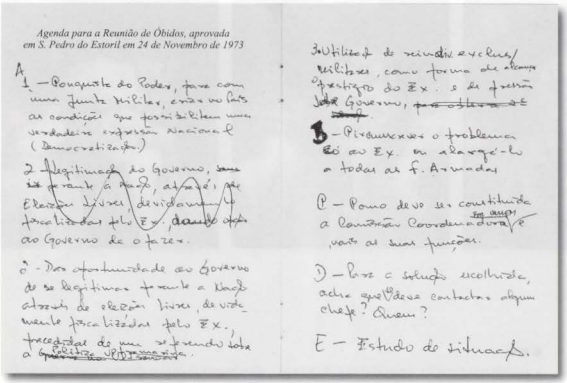
Desconhecedores desses factos, só 20 anos depois, ao evocar a reunião, os conspiradores descobriram o que poderia ter acontecido se a Fátima Pereira Bastos, presa no dia anterior pela PIDE/DGS, na sequência da prisão de Palma Inácio, a 22 de Novembro, ao ser torturada pela tenebrosa polícia política, que queria saber onde é que ela escondera os explosivos, tem cedido e revelado a localização desse refúgio...

A situação poderia ter sido dramática se a PIDE/DGS, desconhecedora da realização da reunião, ali aparecesse e deparasse com mais de quarenta oficiais, a grande maioria armados, todos excitados pela intervenção de Luís Banazol, que refiro mais à frente...

Alheios a tudo isto, os presentes aprovaram a marcação de uma reunião mais alargada, a realizar-se na zona das Caldas da Rainha, no já próximo dia 1 de Dezembro, definindo a agenda da mesma (imagem na página seguinte)

Na evocação que, fizemos agora, convivemos com alguns artistas musicais, aproveitando para os sensibilizar para as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril.

Com a participação de cerca mais de cinquenta convivas, após o jantar evocou-se a reunião de há 40 anos, onde teve especial relevo a intervenção de Piteira Santos, que leu o texto que, então o Luís Banazol – em boa hora por si levado à reunião – ali proferiu, e se reproduz no final deste texto. Como poderemos rever, não foram razões corporativas as que moviam muitos dos conspiradores. E, como muitas outras atitudes que correctamente se assumem em certas ocasiões, esta também tem o condão de não estar ultrapassada! Está absolutamente actualizada, se proferida nestes tempos de



Agenda para a Reunião de Óbidos, aprovada em S. Pedro do Estoril em 24 de Novembro de 1973

A

1 – Conquista do Poder, para com uma Junta Militar, criar no País as condições que possibilitem uma verdadeira expressão Nacional (Democratização)

2 – Legitimação do Governo, ~~sem~~ perante a Nação, através das Eleições Livres, devidamente fiscalizadas pelo Ex., dando apoio ao Governo de o fazer.

3 – Dar oportunidade ao Governo de se legitimar perante a Nação através de eleições livres, devidamente fiscalizadas pelo Ex., precedidas de um referendo sobre a ~~política ultramarina~~.

3 – Utilização do reinado e exclusão, militares, como forma de elevar o prestígio do Ex. e de pressão sobre Governo, ~~[illegible]~~

B – Pormenorizar o problema e ao Ex. em alargá-lo a todas as F. Armadas

C – Como deve ser constituída a Comissão Coordenadora e suas funções.

D – Para a solução escolhida, achar que deve contactar algum chefe? Quem?

E – Estudo da situação.

hoje, em que volta a ser legítimo aos militares assumirem a defesa dos valores e dos interesses da maioria da população...!

Foi, de facto, um momento de enorme emoção, apimentado pela presença do militar de Abril Luís Alberto Banazol, que então estava a cumprir uma comissão em Angola, enquanto seu pai, Luís Athayde Banazol, dinamitava e subvertia os conspiradores de Abril...

Resta lembrar que, além das várias intervenções evocativas, os convivas puderam assistir e participar num apontamento musical, onde vária(os) cantora(e)s de Abril nos recordaram canções apropriadas aos momentos que ali se evocaram e viveram.

As de 1 e 5 de Dezembro de 1973, respectivamente, em Óbidos e Costa da Caparica foram evocadas num almoço convívio, no restaurante da A25A, onde compareceram cerca de vinte oficiais, a grande maioria participante de uma ou das duas reuniões.

Foi um convívio animado, onde se recordaram memórias das duas reuniões e se distribuíram cópias dos apontamentos então coligidos.

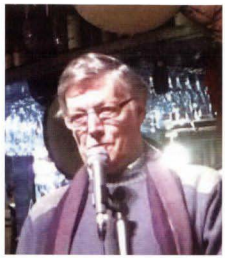
Em breve síntese lembremos que foram duas das reuniões muito importantes na caminhada para o 25 de Abril.

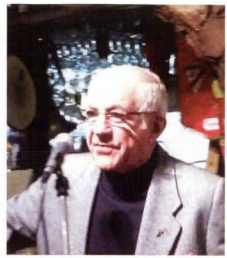
Na de Óbidos, a 1 de Dezembro, na sequência das decisões tomadas oito dias antes em São Pedro do Estoril, com a participação de cerca de cento e oitenta oficiais, em representação de mais de quatrocentos e cinquenta, cumpriu-se a agenda prevista e tomaram-se decisões que se mostrariam decisivas para a vitoriosa caminhada até 25 de Abril.

De salientar o clima vivido, pois, apesar da decisão formal da aprovação da continuação da luta pelo prestígio das Forças Armadas, nos moldes até ali prosseguidos, ficara claro que tudo se encaminhava para a solução de *Conquista do Poder*, para com uma Junta Militar criar no País as condições que possibilitassem uma verdadeira expressão nacional (democratização).

Quanto à da Costa da Caparica, a 5 de Dezembro, é a primeira reunião que a Comissão Coordenadora, eleita no passado dia 1, realiza. Como em muitas outras reuniões que viria a fazer, alarga-a a outros elementos, nomeadamente a Vasco Gonçalves, a Luís Athayde Banazol e a uma delegação do Porto.

Com episódio trágico-cómico, onde um dos escolhidos em Óbidos diz sentir-se ali a mais, pois ouvira falar em direito à independência,



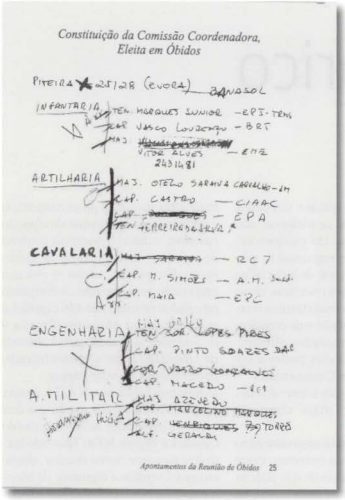


●●●

à autodeterminação, episódio rapidamente ultrapassado pela saída do "enganado", tomaram-se decisões fundamentais para o prosseguimento da conspiração.
Nomeadamente a escolha da Direcção do Movimento – dois majores, Vítor Alves e Otelo Saraiva de Carvalho, e de um capitão, Vasco Lourenço – com a atribuição das responsabilidades de cada um, junto dos vários grupos em que se estruturou a Comissão Coordenadora, conforme se apresenta na página seguinte, na reprodução dos apontamentos de Vasco de Lorenço.

INTERVENÇÃO DE LUÍS ATAYDE BANAZOL

Meus caros camaradas, eu creio que vocês estão a perder o que têm de bom: energia e tempo, organização e vontade.
Estão a esgotar-se com um assunto que não vale a pena. Decididamente, não vale a pena.
O problema que vocês julgam que está no âmago disto tudo não vale um pataco e vai contra os nossos camaradas milicianos.
Eles também têm as suas razões, e não será pelo facto de vocês conseguirem levar a melhor, que tudo ficará resolvido. Pelo contrário, cada dia que passa, tudo se agrava.
E isso não é por uma questão de galões. O que vocês estão e todos nós, é agonizantes; simplesmente agonizantes.
Estrangulados por um regime que nos conduz directamente para o abismo, para a derrocada, aliás como o têm feito todos os regimes fascistas, nomeadamente os de Hitler e de Mussolini.
Todo o mundo olha para nós, oficiais do quadro permanente, como verdadeiros agentes do nazismo. Agentes das S.S.
E não podemos de forma alguma evitar essa execranda imagem, se não tomarmos a iniciativa de uma reabilitação, uma redenção aos olhos do nosso povo e dos outros povos do mundo, utilizando a nossa força para derrubar o governo.
Tenho ouvido falar, insistentemente, no abalado prestígio dos oficiais. Pois que esperam vocês daqueles, cujos filhos, irmãos, e noivos são enquadrados por nós, para as guerras de África, donde poderão regressar mutilados, loucos ou mortos?
Que crimes estamos todos a cometer em nome da Voz do Dono.
É preciso que acordemos do pesadelo; é preciso acabarmos de vez com a maldita guerra colonial, que nos consome tudo, incluindo a própria dignidade de militares profissionais de uma país civilizado.
Todas as nossas angústias, ansiedades e neuroses, se situam na tragédia para que fomos e estamos a ser lançados, por um tenebroso conluio, que tem a hipocrisia por fachada e o assassínio por norma.
E nós, que representamos a força das armas, por que esperamos?


Constituição da Comissão Coordenadora,
Eleita em Óbidos

PITEIRA 25/28 (EVORA) — BANASOL
INFANTARIA — TEN. MARQUES JUNIOR — EPJ-TRM
CAP. VASCO LOURENÇO — BRT
MAJ. VITOR ALVES — EME
2431481
ARTILHARIA — MAJ. OTELO SARAIVA CARVALHO — AM
CAP. CASTRO — CIAAC
CAP. — EPA
TEN. FERREIRA SILVA
CAVALARIA — RC7
CAP. M. SIMÕES — A.M.
CAP. MAIA — EPC
ENGENHARIA — TEN. COR. LOPES PIRES
CAP. PINTO SOARES
CAP. MACEDO — RC1
A. MILITAR — MAJ. AZEVEDO
CAP. MARCELINO MARQUES
CAP. TORRES
ALF. GERALDI

Apontamentos da Reunião de Óbidos 25

TRANSMISSÕES — CAP. ALCIDE DE OLIVEIRA
CAP. FIGUEIRA
CAP. PINTO CASTRO
CAP. FIALHO DA ROSA
TEN. ESP. SANTO
PARAS — CAP. BAÇÃO
CAP. SILVA PINTO
CAP. AVELAR DE SOUSA
S. MAT.
Autentex
Contactar c/ cf. de P.S.P. e G.N.R.
Caso do M. Silva c/ a Polícia
E. M. E. — MAJ. MOTA

26 1 Dezembro 1973 - Movimento dos Capitães

E nós, que vemos todos os dias esses exemplos de coragem dos moços universitários?
Desarmados, enfrentam a polícia de choque, e não deixam amortecer um só dia a luta pela Liberdade.
E nós, homens de armas?
É uma vergonha. Devemo-nos sentir envergonhados. É bem feito que nos humilhem e nos olhem com rancor. Somos a armadura da bestialidade e o bastião da brutalidade.
Não tenhamos ilusões: o governo só sai a tiro e os únicos capazes de o fazer sair somos nós; mais ninguém.
Se não o fizermos, a História nos julgará, como julgou os abencerragens de Hitler e com inteira razão.
Não devemos consentir que isso aconteça e que os vossos filhos e os meus netos se tenham de envergonhar de nós.
Impõe-se a Revolução Armada desde já, seja qual for o seu preço e as suas consequências.

Assembleia-geral ordinária da A25A

Foi marcada para o próximo dia 29 de Março, às 14h00, a Assembleia-Geral ordinária da A25A destinada fundamentalmente à apresentação e aprovação do Relatório de Actividades da Direcção e Contas e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

Agradecemos que coloquem esta data nas vossas agendas e que compareçam.

A Direcção

40 Anos de Abril

O rigor histórico

MANUEL DURAN CLEMENTE

ACABO DE LER O EDITORIAL do último *O Referencial*. Nos primeiros parágrafos pude ver:

"A verdade é que a dinâmica do Monte Sobral rapidamente se estendeu às colónias e, em Portugal, na Guiné, em Angola, em Moçambique, nas primeiras reuniões que se seguiram e sem que houvesse contactos ou posições concertadas, surgiram intervenções que iniludivelmente apelavam à politização do movimento contra a ditadura...".

Este excerto faz parte do texto integral do referido editorial e sobre ele só poderei estar de acordo e subscrever o seu justo espírito. Já não posso concordar com a frase e "rapidamente se estendeu às colónias" quando todos (!) sabemos e sem qualquer esgar competitivo, mas em abono do rigor, que assim não foi ou se foi assim (porque a frase é ambígua) é preciso ser claro que na Guiné já tinha havido, antes de 9 de Setembro, seis reuniões onde, além do documento de objecção colectiva preparado, assinado por 51 oficiais e enviado (entre 16 e 28 de Agosto), se apelara à politização do movimento contra a ditadura e onde já se constituíra uma Comissão de Capitães ([x]). E contactos, entre Bissau e Lisboa, houve suficientes, tanto que, disse quem sabe, o documento assinado por 136 militares no Monte Sobral tinha entre os outros mais nobres objectivos também o da solidariedade para com os 51 militares que assinaram o documento de Bissau, aliás referido nas "memórias de Marcelo Caetano" que reza mais ou menos isto: "quando li o documento assinado pelos capitães em guerra na Guiné fiquei muito preocupado".

Na Guiné ficamos gratos e satisfeitos com o evento e gesto de Alcáçovas, não só por sabermos que 136 militares tinham (publicamente) engrossado a sublevação, pois era um acto de indisciplina quaisquer subscrições colectivas, como e principalmente constatarmos o recrudescer da contestação e da consciencialização dos camaradas oficiais, exactamente onde elas poderia ser proficuas, no então Continente.

Sendo assim julgo que o texto do editorial podia ser mais claro ou abrangente.

A esse propósito daria o meu contributo (e de quantos oficiais estiveram neste acto na Guiné), contributo que poderia ser uma outra versão mais assertiva, ainda que condicionada a poucos caracteres, transcrevo um texto da minha autoria, há meses publicado:

MFA. Capitães iniciam contestação, prólogo da revolta

Estamos em 1973. Decorre o décimo segundo ano da guerra colonial. O fascismo teima no "orgulhosamente sós" contra os ventos da História. O colonialismo fenece. As grandes potências cedem aos direitos conquistados pelos povos oprimidos. Fruto das lutas antifascistas e do movimento internacional ergue-se a consciencialização libertadora. Os capitães estão fartos da guerra, da mentira e da hipocrisia. Descobrem que o inimigo não está na mata tropical mas nas altas hierarquias. Em Junho, a primeira manifestação de militares traduz-se pelo repúdio, ao "congresso dos combatentes" no Porto. Encenação fascista para perpetuar a guerra. Oficiais de carreira rejeitam tal farsa e protestam em Bissau e no Continente. Não muito depois a contestação na Guiné-Bissau agudiza-se. Em Agosto é enviado às mais altas patentes, governamentais e militares, um documento de objecção colectiva, subscrito por meia centena de capitães – acto marcante de sublevação disciplinar. Assim se inicia a preparação para a revolta, convergindo na célebre reunião dos 136 capitães e subalternos em Alcáçovas/Évora a 9 de Setembro. A gestação para a alvorada da Liberdade levaria, curiosamente, pouco menos de nove meses.

O Referencial da nossa A25A é uma das referências mais saudáveis dos militares associados ao Movimento de Capitães e depois *MFA*. Têm sido inegáveis os contributos doados, desde sempre, à verdade e dignidade do Movimento e da Revolução, quer nas atitudes quer nos escritos.

Relativamente o meu reparo, relembro que revejam a página 132 do livro a "Alvorada em Abril" de Otelo Saraiva de Carvalho, que esteve em Bissau no início deste processo. Igualmente do "Diário da Liberdade" de Aniceto Afonso a páginas 278 e 281.E bem assim do livro "Origem e Evolução do Movimento de Capitães" de Diniz de Almeida a páginas 410 e 411 e, entre outros, do livro "30 Anos do 25 de Abril" compilação de M. Barão da Cunha a páginas 68 a 71 e ainda dos documentos "LUSA-25 de Abril/Memórias" na página 24.

Depois de se terem vivido estes acontecimentos (também vividos em Angola e Moçambique) da forma que sabemos, talvez não tão semelhante como na Guiné, mas certamente de forma parecida, é legitimo o nosso reparo, não só quanto ao texto editorial da epígrafe "Alcáçovas /Reunião de militares fundou há 40 anos o movimento de capitães" como a outros textos que, sem querer, podem tornear a história dos acontecimentos.

Não estou a pugnar para termos "a medalha" de obreiros do início da conspiração. Tenho dito e escrito, *talvez se pense que a conspiração começou na Guiné. Talvez por causa da carta, que foi a primeira manifestação de indisciplina colectiva, isso tenha ficado um pouco na ideia.* Mas eu acho que começou em todos os que acordaram para o facto, que teve muito a ver com a guerra e com o que nela aprendemos. E na Guiné pelas suas características, pesou muito. *Nos últimos anos, a partir de 1966 a 73,após os primeiros seis anos de guerra colonial, os militares do quadro permanente despertaram para uma consciencialização mais aguda e mais clara das contradições e mentiras do sistema, ou seja, do regime político que nos desgovernava.* (MDC,"30 anos de Abril", pág. 65)

Tenho dito e escrito: *A conspiração começou em todos que não se sentiam bem "com o estado ao que isto chegou" (Salgueiro Maia). Fomos um só povo: europeus e africanos. Os do Norte e os do Sul, do Litoral e do Interior, a sentir em português o acto REVOLTA, a falar em português a palavra LIBERDADE.A guerra que travámos tinha várias espécies de "teatro de operações". Este não era só em África, na guerra colonial, era em toda a parte. Onde se lutava, onde se trabalhava, onde se sofria, onde se aprendia, onde se crescia... onde se queria um 25 de Abril.* (MDC, "25 de Abril - Sonho Luta Revolução e Esperança")

Mas desejo pugnar por um pouco mais de rigor por quem escreve história.

E nesse sentido quero que fique muito claro, que apesar deste meu reparo, considero que a reunião de 9 de Setembro foi para todos nós um amarrar das angústias. Tem o seu significado ímpar como todos os actos que correspondem a um anseio colectivo. E esse significado, independentemente do antes e do depois, ficará justa e eternamente gravado na história. Simbolicamente, junto-me, aos que o consideram o início do "colectivo consciente" para a nossa caminhada da Liberdade.

(*) Para comprovar já o acento político das reuniões de Bissau, devo acrescentar que a eleição da comissão foi precedida de intervenções e numa delas eu referi e citei excertos do livro de Sottomayor Cardia "Para uma Democracia Antimonopolista" que Matos Gomes acabara de trazer de Lisboa .Fui o mais votado e ele o segundo.

Congreguemo-nos no essencial...

Confesso estar a ficar cansado da "guerra" do "onde começou...". Guiné, Angola, Continente?

O facto é que, como afirma Duran Clemente, terá começado em todo o lado ao mesmo tempo.

Mas, duas coisas são indiscutíveis:

- Após o Congresso dos Combatentes, a primeira atitude concreta, colectiva, de reacção ao Dec.-Lei 353/73, foi no IAEM em Pedrouços, onde os majores do curso de actualização entregaram um memorando (não assinado) ao director do Serviço de Pessoal do Exército.
- A primeira acção que pode ser considerada como de criação do Movimento dos Capitães foi a reunião em Alcáçovas de 9 de Setembro de 1973, dado que aí foi escolhida uma Comissão Coordenadora Provisória (independentemente de, antes, já ter havido reuniões no Continente, na Guiné e Angola e de, na Guiné, ter sido feito um documento assinado por cinquenta e um oficiais e enviado para "cima"). Aliás, é aí que nasce a denominação *Movimento dos Capitães*

Todos confluímos para a acção comum, que nos levou ao 25 de Abril.

E isso é que conta!

Oxalá consigamos congregarmo-nos no objectivo de recuperar os valores que nos nortearam há 40 anos...!

V. L.

VILALOBOS FILIPE (1937-2013)

O coronel piloto aviador José Luis Vilalobos Filipe, com 76 anos, morreu no dia 28 de dezembro de 2013, no Hospital das Forças Armadas, em Lisboa, onde estava internado. O corpo esteve em câmara ardente na igreja da Força Aérea (S. Domingos de Benfica), realizando-se o funeral, dia 29 de Dezembro de 2013, no Cemitério Municipal de Camarate, onde se procedeu à cremação. O coronel Vilalobos Flipe deixa viúva Cristina Vilalobos, quatro filhos e um neto, a quem *O Referencial* apresenta sentidas condolências.

Vilalobos aos comandos de um AL.II na Guiné

Carreira Militar

GERALDO ESTEVENS*

O JOSÉ LUÍS VILALOBOS Filipe nasceu a 23 de Outubro de 1937, em Coimbra. Ingressou na então Escola do Exército, em 15 de Outubro de 1957. Concluiu o Curso de Oficial Piloto-Aviador, já na Academia Militar (herdeira da Escola do Exército), com o "brevetamento" no Curso de Pilotagem, realizado na Base Aérea n.º1 (Sintra), e a promoção a alferes, em 1 de Novembro de 1962.

Ao longo da sua carreira militar, prestou serviço em diversas unidades e organismos, com o desempenho de funções operacionais nos Teatros de Operações de Angola, Guiné e Moçambique. Teve, assim, colocações em BA1 (Sintra), OGMA (Alverca), BA3 (Tancos), BA4 (Ilha Terceira), BA9 (Luanda), BA12 (Bissau), BA10 (Beira) e AM2 (São Jacinto - Aveiro), para além de colocações em serviços de tipo Estado-Maior (Lisboa e Luanda).

Foi qualificado em vários tipos de aeronave. Destacou-se no desempenho operacional nos helicópteros Aloutte II (AL II), na Guiné, e Alouette III (AL III), em Angola. No AL II, na Guiné, foi ferido em combate; e foi agraciado com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe (25 de Maio de 1964), nos termos do louvor que segue:

Louvo o alferes piloto aviador José Luís Vila Lobo [sic] *Filipe, porque, tendo sido incumbido, no dia 1 de Fevereiro do corrente ano7 de ir à região de Oio efectuar a evacuação em helicóptero, por ele pilotado, de feridos sofridos pelas forças terrestres ali em operações, após ter aterrado numa clareira próximo duma mata donde o inimigo se encontrava a fazer fogo, acabou*

ele e o mecânico por serem atingidos quando, depois de embarcado o pessoal a evacuar, fez sem resultado várias tentativas para levantar voo.
Apesar do ferimento, que lhe deixou o braço praticamente imobilizado, parou o motor, desligou todos os interruptores, saiu do helicóptero e pediu para retirarem o mecânico, que se encontrava gravemente ferido.
A forma como se comportou no desempenho da missão de que foi incumbido, revelando possuir em elevado grau coragem, abnegação, iniciativa, e serenidade debaixo de fogo, torna este oficial credor do maior apreço.
No AL III, em Angola, foi agraciado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma (5 de Setembro de 1967), nos termos do louvor que segue:
Louvado sob proposta do general comandante da 2.ª Região Aérea, o capitão piloto aviador José Luís Vilalobos Filipe, da Base Aérea n.º 9, pelas superiores qualidades pessoais, mi-litares e profissionais - que demonstrou durante a comissão de serviço prestada na esquadra n.º 94 da Base Aérea n.º 9.
Executou exemplarmente e com elevado sentido do dever muitas missões operacionais de que foi incumbido como piloto de helicóptero' e de Do-27 - e também as tarefas de serviço interno da sua unidade. Ainda como instrutor, revelou-se muito competente e consciencioso, dando uma boa contribuição para a melhoria do nível técnico do pessoal da sua esquadra.
"Ultimamente, em nova modalidade ofensiva de emprego dos helicópteras, a sua acção' foi hábil, agressiva e ao mesmo tempo sensata na justa apreciação idas diversas situações, alcançando notáveis êxitos.
Também no comando de agrupamentos. aéreos e de destacamentos de helicópteros manifestou vincadas qualidades de chefia, pelo perfeito conhecimento das zonas e acção e das possibilidades dos meios aéreos sob a sua responsabilidade directa, tirando deles alto rendimento nas operações de apoio às forças de superfície. Assim, mereceu referências elogiosas de comandos destas forças, sendo destacado o seu valor como combatente, pela demonstração de valentia e serenidade perante o fogo inimigo.
Merecem, por isso, os 'seus serviços ser considerados muito distintos, relevantes e extraordinários.
Foi ainda distinguido com outros louvores e medalhas nacionais.
Aquando do 25de Abril de 1974, então major (promovido a tenente-coronel em 30-4-1974), prestava serviço em Luanda. Foi então designado – por escolha dos seus camaradas da Força Aérea em Luanda – como um dos representantes do Ramo na estrutura de cúpula do MFA em Angola; posição que manteve até regressar a Lisboa e ser colocado no Estado-Maior da Força Aérea, em princípios de Junho de 1975.
Desde então e até finais de Novembro de 1975, passou a desempenhar funções no Gabinete de Angola na Presidência da República.
Regressado à Força Aérea, esteve colocado na Direcção do Serviço de Instrução e no Comando do AM2 (São Jacinto - Aveiro), função esta que encerrou a sua carreira militar no activo.
Passou à Reserva com data de 1 de Setembro de 1979; e à Reforma, no posto de coronel, com data de 1 de Julho de 1990.
Após o desligamento do serviço activo na Força Aérea, matriculou-se no ISE, tendo obtido a Licenciatura em Economia, em 1986. Em 2007, concluiu o Mestrado em Estudos Africanos, no ISCTE.

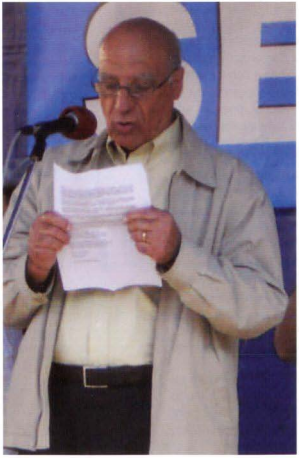
**Tenente General Piloto Aviador (ref.)*

VILALOBOS FILIPE (1937-2013)

Um verdadeiro Homem Bom

AINDA PERTURBADO pelo inesperado que foi o falecimento do José Luís VILALOBOS Filipe, "o Villas", como normalmente eu e muitos outros o tratávamos, tento escrever algumas linhas que o evoquem no nosso, no seu *O Referencial*.

E, começo por acentuar precisamente o enorme choque que apanhei quando, uns oito dias antes da sua morte, fui surpreendido pelas informações avançadas pelo seu médico urologista, o comum amigo Mário Rodrigues. A situação do "Villas" era altamente preocupante, muito mais grave do que se admitia quando lhe mandara fazer uns exames.



Apesar disso, agarrei-me à esperança de que fosse um falso alarme, à ilusão de que o pressentimento de que o "Villas" nos ia deixar não se concretizaria. Lamentavelmente... aconteceu.

Não tenho por hábito tecer elogios fúnebres contrários ao que, em vida, pensei das pessoas em causa.

Não será desta vez que o farei, o Villas não o merece, o que digo dele é o que sempre pensei.

Em primeiro lugar, o "Villas" era um verdadeiro Homem Bom! E afirmo-o, quando tenho por hábito reagir aos que, tentando classificar um fulano o definem como um "tipo porreiro", com um "se é isso que tens para dizer dele, significa que o homem é um pobre diabo, um banana..."

Mas o Vilalobos foi um Homem Bom, mas não foi, nunca foi, um "banana". Tolerante, humilde, mas sempre digno, não permitindo pisadelas e colocando no seu devido lugar os que o tentavam injustiçar.

Tive o privilégio de convier muito com ele, apesar de só o ter conhecido depois do 25 de Abril.

Tive o privilégio de ser seu Amigo, sentindo que havia da parte dele igual correspondência.

Militar de Abril de todas as horas, sócio fundador da Associação 25 de Abril, tive o privilégio de o ver desempenhar vários cargos nos órgãos sociais, o último dos quais o de meu vice-presidente, na Direcção, durante dois mandatos. Só a prevista deslocação da sua residência para Portimão provocou a sua não continuação e a necessidade da sua substituição. Mas, mesmo nessas condições, e mostrando praticar, de facto a humildade, não deixou de se disponibilizar para, se necessário voltar a ser membro a Mesa da Assembleia-Geral.

E, em 25 de Abril passado, 2013, ainda que dizendo não ter jeito para isso, aceitou o meu convite para nos representar a todos, como orador no Rossio, no termo da manifestação das Comemorações Populares do 25 de Abril.

Não posso ainda deixar de recordar o entusiasmo com que se envolveu na criação do Movimento Não Apaguem a Memória, bem como a sentida desilusão ao ver surgir no seio do mesmo, movimentações oportunistas, de cariz partidário e sectárias, que inviabilizariam que esse Movimento atingisse a plenitude que ambicionou e se justificava.

Mas não seria isso que evitaria a sua participação

noutras iniciativas, que ambicionava ver capazes de ajudar a recuperar os valores de Abril. Foi isso que o levou a envolver-se no Congresso das Alternativas, que havia de lhe provocar nova desilusão.
Como sempre, não baixou os braços, continuou a luta, era um dos mais activos elementos do Grupo de Reflexão da Associação 25 de Abril. Que ficou mais pobre, como todos nós ficámos, como ficou a sua A25A e o seu Portugal.

Caro "Villas",
Dizem que os deuses preferem os melhores, por isso os levam para junto de si. Foi a tua vez, mas, acredita, que não te dispensamos. Queremos continuar a contar com a tua sábia e ponderada análise, com a tua permanente disponibilidade para aceitar tarefas fora da ribalta, com o teu bom senso, com a tua intransigente defesa dos valores de Abril.
Foste um dos entusiastas na nossa campanha dos 40 anos de Abril.
Também por ti, e contigo, vamos conseguir ***Vencer o Medo, Reafirmar Abril, Construir o Futuro!***
Até sempre, "Villas"!
Um grande e forte abraço do amigo

VASCO LOURENÇO

Na descolonização de Angola

MANUEL SILVA BARATA
EDUARDO GOMES DE ABREU

QUANDO SE DEU O 25 DE ABRIL de 1974, o Vilalobos prestava serviço na BA 9 (Luanda), na esquadra de aviões Nord-Atlas.
Foi então escolhido pelos seus camaradas da Força Aérea (FAP), juntamente com outros que se notabilizavam pela sua actividade operacional, para integrar, em nome da FAP, o Gabinete Militar junto do comandante-chefe, na ocasião o órgão de cúpula do MFA.
Substituído o governador-geral, general Silvério Marques, pelo presidente da Junta Governativa, almirante Rosa Coutinho, o Vilalobos continuou no desempenho das suas funções no Gabinete Militar.
Após a reestruturação do MFA de 30 de Outubro de 1974, o Vilalobos manteve-se na cúpula do MFA, agora designada por Comissão Coordenadora do Programa do MFA em Angola (CCPA), por eleição da Assembleia de Delegados da 2.ª Região Aérea (ADRA).
Como membro da CCPA, integrava igualmente a Comissão Coordenadora Alargada da 2.ª Região Aérea, que incluía, além dos componentes da Comissão Coordenadora da 2.ª Região Aérea (dois oficiais eleitos pela ADRA por um período de seis meses e um terceiro oficial eleito pela BA 9), os representantes da FAP na CCPA.
A partir de 16 de Abril de 1975, a CCPA transformou-se no Conselho Coordenador do Programa em Angola, mantendo a sigla e passando a integrar o Alto Comissário (como presidente), os três Comandantes dos Ramos e os três oficiais eleitos por cada um dos Ramos da antiga comissão coordenadora (CCPA).
Veja-se o seguinte detalhe do documento fundador:

VILALOBOS FILIPE (1937-2013)

"O CCPA é um órgão colegial e como tal funcionará agindo os seus membros sempre de acordo com as directrizes definidas pela Assembleia do MFA – Angola e pelo Conselho da Revolução."
Terminada a sua comissão, regressou a Lisboa onde foi colocado no Estado Maior da Força Aérea em princípios de Junho de 1975.
Passou então a desempenhar funções no Gabinete de Angola na Presidência da República, órgão que fornecia apoio ao Presidente no processo de descolonização daquela colónia.
Nos finais de Novembro de 1975, regressou finalmente ao serviço no EMFA.
Em todo este percurso ao serviço de um dos principais objectivos do programa do MFA – a Descolonização, o Vilalobos foi sempre um protagonista dedicado, disponível e tolerante, sem prejuízo da necessária frontalidade que os momentos muito graves e difíceis vivenciados justificaram.
Em suma, o Vilalobos foi um servidor sério e empenhado na prossecução do interesse nacional fixado pelo programa do MFA.

Exemplo indespensável

PEZARAT CORREIA

No campo pessoal, entre o muito que o 25 de Abril significa para mim, conto algumas das melhores amizades que me proporcionou.
Não conhecia o Villalobos. Alguns anos mais novo do que eu não nos cruzáramos na Escola do Exército e, nas várias comissões na guerra colonial, passámos pelos mesmos teatros de operações mas desencontrados no tempo. Até Angola, 1974. Quando por iniciativa do novo comandante-chefe, general Franco Pinheiro, na sequência de escolha dos meus camaradas, fui chamado a Luanda e incumbido de promover e dinamizar a organização das estruturas do MFA em Angola, logo a seguir ao 25 de Abril, apresentou-se como um dos elementos eleitos pela Força Aérea o major piloto-aviador Vilalobos Filipe. A empatia foi imediata e a identificação face aos ideais e objectivos que se nos colocavam ia afirmar-se em termos absolutos. Os dias e meses que se seguiram foram frenéticos e puseram as pessoas à prova. A honestidade, a coragem, a dedicação, a camaradagem, a lealdade, a resistência às dúvidas e às contrariedades, a serenidade e o bom senso, revelavam-se, ou não, em toda a sua dimensão. Não havia espaço, nem tempo, para meias-tintas. Em Vilalobos revelaram-se na dimensão máxima. O nosso convívio, a nossa cumplicidade, sem que jamais visassem interesses ou projectos pessoais, passou a ser permanente e integral. A partir de então a nossa amizade nunca deixou de se consolidar. Fomos companheiros na Comissão Coordenadora de Angola até ao meu regresso a Portugal depois da Cimeira do Alvor, nós e o Moreira Dias os únicos que permanecemos em todo esse período. Depois da minha saída continuou na Coordenadora até terminar a sua comissão já perto da data da independência. Participou em todas as decisões mais delicadas, tudo arriscou, a sua segurança, o seu conforto, a sua carreira. Vilalobos fez parte daqueles que em Angola asseguraram o sucesso do 25 de Abril em Portugal, porque em Angola podia ter-se perdido o 25 de Abril e houve quem fizesse por isso.
Foi o seu empenhamento em Angola que esteve na base da perseguição que, já na era da democracia constitucional, lhe foi movida pela hierarquia da Força Aérea, bem como a outros camaradas que, com ele, tinham compreendido o que estava em causa e não viraram a cara à luta. Passado prematuramente à reserva interrompia-se uma carreira militar brilhante de quem ainda muito havia a esperar.
Vilalobos não baixou os braços nem esmoreceu na sua militância pelos valores de Abril. Regressou à universidade, licenciou-se em economia, concluiu o mestrado, participou em importantes iniciativas profissionais sempre com contornos sociais.
Entretanto aprofundava o seu interesse e curiosidade cultural por África, pela história africana, pela colonização, pelas campanhas, pela luta de libertação dos povos. Tive o privilégio de com ele participar em muitas iniciativas de debate e divulgação cultural, em meios académicos, cívicos, culturais. O "Villas" era de uma avidez intelectual inesgotável, mas sempre soube de que lado estava.
Na A25A foi um associado e dirigente de uma dedicação sem limites, mas disso outros falarão.
Custa muito ver partir os amigos. Acresce que, enquanto eu cá estiver, vão ser muitas as oportunidades em que vou sentir duramente o vazio da ausência do Vilalobos. O seu exemplo, esse jamais o dispensarei.

Associados falecidos

Registámos o falecimento dos seguintes associados: Manuel Fernandes Barbudo Calado (sócio fundador); Carlos Amante Crujeira (sócio fundador); Fernando Manuel Dionísio (sócio fundador); António Martins Afonso (sócio efectivo); António José Joaquim (sócio efectivo); António Carvalho (sócio efectivo); Alberto de Jesus Timóteo (sócio fundador); Maria de Lurdes Macedo Varela (sócia efectiva); João Almeida Costa (sócio efectivo); Ramiro Sousa Carvalho (sócio efectivo); Joaquim António Campino (apoiante); Fernando António Almeida Dias (apoiante).
Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

A25A E CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Protocolo de cooperação para celebrar 40 anos de Abril

A Associação 25 de Abril e a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto assinaram hoje, dia 13 de Janeiro de 2014, na sede da Associação, em Lisboa, um protocolo de cooperação mútua para as celebrações dos 40 anos do 25 de Abril e os 90 anos da Confederação.
No acto da assinatura, o presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço fez questão de sublinhar que "não é costume" a Associação assinar protocolos, pelo que a presente assinatura tem o reconhecimento da "importância da sociedade de civil".
"A sociedade civil tem de ser forte e esta assinatura é fundamental para que uma democracia se pratique", disse, manifestando o seu "júbilo e satisfação".
"Não desistimos, não nos conformamos com a situação do País", afirmou, manifestando a adesão da Associação a "qualquer jornada de luta pela recuperação dos valores do 25 de Abril".
"Contem com a nossa colaboração", salientou. Augusto Flor, presidente da Direcção da Confederação acrescentou, que a assinatura do protocolo é "simbólica", mas também "substantiva".
"Temos de cooperar uns com os outros e desenvolver as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, dos 90 anos da Confederação, mas também dos 38 anos da Constituição, que é o pilar essencial da nossa democracia".
Em Portugal, existem mais de trinta mil associações e colectividades

D. Maria Iva Andrade Delgado (1908-2014)

O REFERENCIAL, em nome da A25A, presta homenagem à memória de D. Maria Iva Andrade Delgado, viúva do general Humberto Delgado, que faleceu em Lisboa no passado dia 2 de Janeiro com a bonita idade de 105 anos.
D. Maria Iva Delgado só "entrou" na política quando decidiu comprometer-se e apoiar a candidatura de seu marido à Presidência da República em 1958, ousadia que mudaria radicalmente as suas vidas e terminaria com o assassinato do general sob a égide sinistra de Salazar. Iva Delgado tornou-se uma heroína pela forma como enfrentou a perseguição física e moral a seu marido e à família em geral, as angústias da separação e das incertezas do exílio, as carências materiais que lhe foram impostas, a sordidez assassina, as pérfidas insinuações de traições dos correligionários. A força com que enfrentou a adversidade, o seu carácter, o respeito que sempre devotou às opções do seu marido, está bem retratada na obra épica do seu neto Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado, biografia do general sem medo* (A Esfera dos Livros, 2008, Lisboa).

Maria Iva Delgado nutria um particular carinho pelos capitães de Abril que abriram as portas à recuperação pública da dignidade do general Humberto Delgado e à expressão do respeito que o povo português tinha por ele. Disse-mo mais de que uma vez. Reconhecia que o 25 de Abril cumprira o objectivo de que seu marido fora um dos pioneiros – libertar Portugal das garras da opressão salazarista. E que permitira satisfazer o seu maior anseio, ter o seu corpo devolvido à família e trasladado para Portugal. Reconhecia ainda que, com o 25 de Abril, Humberto Delgado retomara o seu lugar de general das Forças Armadas Portuguesas de que fora violentamente usurpado, fora elevado à dignidade de marechal, vira repostos os seus direitos integrais como viúva de um general português, o nome de Humberto Delgado passara a designar milhares de praças, avenidas e ruas em quase todas as cidades, vilas e aldeias do país, a sua figura fora reconhecida como herói da Pátria e os seus restos definitivamente trasladados para o Panteão Nacional. Maria Iva Delgado teve ainda tempo de ver a memória de seu marido perpetuada em inúmeros monumentos em Portugal, o primeiro e maior dos quais se ergue na Cela Velha, terra que é o berço da sua família.
Pessoalmente tinha pela D. Maria Iva Delgado um respeito que vinha desde a minha meninice, que a identificação com o percurso político de seu marido reavivou. Depois do 25 de Abril tive várias vezes oportunidade de lho manifestar. E ela gostava de me ver a seu lado nas cerimónias públicas em que participei. Em meu nome e em representação da A25A fui intérprete junto da Iva Delgado, minha amiga e solidária com os valores de Abril, bem como dos seus filhos, perante a urna de sua Mãe, do nosso profundo sentimento de pesar. Que aqui reiteramos.
PPC

Vamos aprender Bridge! (95)

LUÍS GALVÃO

As condicionantes do sistema standard de marcação impõem (aconselham?) a que as mãos abertas em 2ST devam ser balançadas, com distribuição do tipo 4-3-3-3, 4-4-3-2 ou 5-3-3-2 não devendo, neste último caso, o naipe quinto ser em ♥ ou em ♠. Perante este cenário, por que abertura deverá optar o jogador que detenha uma mão assim "vitaminada"?

♠	♥	♦	♣
A	R	A	A
D	10	R	V
10	8		10
	7		
	5		

O abridor está perante um perfeito trilema porque:
- Tem uma mão muito forte (21PH) para uma atípica e pouco esclarecedora abertura em 1♥;
- O fraco teor do naipe de ♥ não lhe permite encarar uma abertura em 2♥ fortes ou em 2 ♣, fortes e indeterminados;
- Não poderá (deverá?) abrir em 2ST, como a força da mão pareceria aconselhar, por deter um naipe rico de 5 cartas.

Foram mãos do tipo da anterior que levaram ao aparecimento de soluções mais eficazes, para leiloar este tipo de mãos, do que as disponíveis no sistema clássico. Uma dessas soluções, quiçá a mais conhecida, é a denominada como PUPPET STAYMAN, a qual nos propomos analisar.

1. CONVENÇÕES

1.17 – O PUPPET STAYMAN

A paternidade desta convenção pertence ao norte-americano, natural da Califórnia, KIT WOOLSEY, também responsável por vários excelentes livros sobre bridge e ainda detentor de três medalhas em campeonatos mundiais, o que o classifica como uma autoridade, altamente qualificada, sobre o jogo em apreço.
O PUPPET STAYMAN é uma "arma" que é muito mais eficaz quando utilizada após aberturas em 2 ST do que sobre aberturas em 1ST, razão por que está muito mais generalizada a sua aplicação após as aberturas em 2ST ou após leilões do tipo:

2♣ - 2♦	ou	2♦ - 2♥
2ST		2ST

A convenção desencadeia-se com a marcação de 3♣ pelo respondente, tal como o STAYMAN ou o BARON, após o que abridor responde com um dos seguintes anúncios:

3♦ - Transmitindo que a abertura não foi feita com qualquer naipe rico de 5 cartas, mas que detém, pelo menos, um naipe de 4 cartas em ♥/♠;
3♥ - Informando que detém 5 cartas em ♥;
3♠ - Dizendo que detém 5 cartas em ♠;
3ST – Esclarecendo que a mão não detém mais do que 3 cartas em ♥ ou em ♠.

Após analisadas as razões que levaram à criação do PUPPET, à forma como é desencadeado e quais os rebides possíveis do abridor, importará agora abordar os desenvolvimentos dos leilões que permitem detectar os fits 4/4 em ♥ ou em ♠.
É óbvio que na construção dos desenvolvimentos do leilão, na tentativa de encontrar um fit 4/4 em ♥/♠, o autor teve o cuidado de garantir que fosse sempre o abridor a cartear o contrato marcado, cumprindo assim a recomendação técnica de que deve ser a mão mais forte e, obviamente, com mais fourchettes a receber a saída, o que na prática se traduz, em muitas ocorrências, na obtenção de mais uma vasa.
Assim, após o leilão

2ST	-	3♣
3♦	-	?

o respondente anunciará:
3♥ - Mostrando que possui 4 cartas em ♠
3♠ - Informando que detém 4 cartas em ♥;
4♦ - Transmitindo ao parceiro que tem 4 cartas em ♥ e, também, em ♠.

É evidente que com esta sequência no leilão fica garantido que o anúncio do naipe de trunfo será sempre efectuado pelo abridor.
Como curiosidade poderei acrescentar que a denominação de PUPPET (FANTOCHE) decorre dos rebides do respondente em 3 ♥/♠ ou em 4♦ nada terem a ver com os naipes efectivamente declarados, justificando essas "enganosas" marcações a escolha do título para esta convenção.
Apresentado e discutido que foi o PUPPET STAYMAN restará agora mostrar algumas mãos e as respectivas sequências do leilão, com o duplo objectivo de evidenciar a eficácia na utilização da convenção e de, minimamente, treinar a sua aplicação.
Com as mãos:

a)	b)
♠52	♠R10853
♥A104	♥D2
♦D1083	♦10743
♣V1062	♣D9

Após a abertura do parceiro em 2ST, o respondente, com a mão a), deverá desencadear o PUPPET na esperança de que o abridor detenha 5 cartas em ♥, sossegando-o perante o perigo que o desprotegido doubleton a ♠ representaria na eventual marcação de 3ST.
Se o abridor rebidar em 3♦ ou 3ST obviamente que não lhe restará outra alternativa do que jogar a partida em ST, "rezando" para que o parceiro tenha as necessárias paragens em ♠.
Já com a mão b) o respondente deverá anunciar 3♥, mostrando com esse transfer a existência de, pelo menos, 5 cartas em ♠. Neste caso o leilão decorreria desta forma:

2ST	-	3♥
3♠	-	3ST
?		

Após o que o abridor aceitaria ou não jogar em ST ou corrigiria para 4 ♠, caso detivesse 3 cartas neste naipe e decidisse ser esse o contrato mais adequado.

c)	d)
♠RV64	♠V1072
♥R8	♥R965
♦9872	♦D104
♣952	♣85

Com o leilão:

2ST	-	3♣
3♦	-	?

O respondente com a mão c) deverá anunciar 3♥, informando o parceiro de que detém 4 cartas em ♠ e deixando ao abridor que decida qual a marcação a fazer, visto que poderá optar por 3♠ ou por 3ST, consoante detenha ou não 4 cartas em ♠. Já com a mão d) o respondente deverá marcar 4♦, informando o abridor de que detém 4 cartas em ♥ e em ♠, para que este possa marcar a partida em naipe rico, dado o parceiro ser detentor de 4 cartas em, pelo menos, num dos naipes de ♥ ou de ♦

Até ao próximo número.

SALGUEIRO MAIA NO PANTEÃO NACIONAL

Manuel Alegre alvitrou, recentemente em Coimbra, que os restos mortais de Salgueiro Maia fossem transladados para o Panteão Nacional, e apelou aos deputados da Assembleia da República para assim decidirem em conformidade.

Tratava-se, segundo o autor da "Praça da Canção", de com esse gesto protagonizar a melhor formar de comemorar o 40.º aniversário do 25 de Abril, através da consagração de um dos seus maiores símbolos e plenamente assumida pela Nação Portuguesa.

Confrontado com a proposta de Manuel Alegre, o presidente da Associação 25 de Abril, disse a *O Referencial* ter em tempos iniciado diligências no mesmo sentido mas, perante os obstáculos motivados pela teia burocrática e jurídica que lhe foram apresentados, deixou adormecer a ideia.

Uma ideia que Vasco Lourenço fez questão de sublinhar a *O Referencial* que apoia e aplaude com entusiasmo e sentido de justiça, embora considere não ser aos militares de Abril a quem cabe fazer a proposta, mas aos representantes da Nação.

Vasco Lourenço, disse, ainda, a *O Referencial*, saber da vontade de Salgueiro Maia em ficar sepultado em campa rasa no cemitério de Castelo de Vide, onde repousam os seus restos mortais, razão pela qual entende esta matéria deve ser tratada com muita ponderação, no respeito pela memória e vontade de Salgueiro Maia.

Assim sendo, e no respeito pela vontade expressa por Salgueiro Maia, não se procedendo à transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional, então que se afixe lá uma lápide em sua memória. Ou, então, que se faça essa homenagem em Castelo de Vide.

Comemorar os 40 anos de Abril fazendo memória de Salgueiro Maia no Panteão Nacional é uma questão da exclusiva competência da Assembleia da República e dos deputados que a compõem, a quem Vasco Lourenço endossa a responsabilidade de decidir. Assim haja vontade política!

PRÓXIMO **O REFERENCIAL** SAI EM MAIO

O 40.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL será especialmente assinalado no número 113 de *O Referencial*, a distribuir em Maio, em edição com agenda editorial adequada à importância da efeméride, e, esta a grande novidade, com um novo formato de dimensão mais reduzida, relativamente à revista que agora tendes nas mãos. Páginas mais pequenas e em maior número, suportadas por grafismo renovado, moderno e sugestivo, sempre no respeito de padrões a que os leitores já se habituaram e a que estão fidelizados, irão tornar a leitura da revista mais fácil e agradável.

Por esta razão, suprimiremos a revista que seria relativa ao primeiro trismestre de 2014 (Janeiro/Março). Assim, a publicação de *O Referencial* será retomada em Maio com a edição do número 113, nos termos acima referidos.